

# A NEGRITUDE NO BRASIL

F. C. de Sá e Benevides



**O** artigo “Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência e luta”, de autoria de Casimiro P. da Silva, publicado no número de dezembro de 97 desta revista, sugeri-me, talvez por pulsão, como dizem os modernos psicanalistas, a me envolver, mais uma vez, com a questão da negritude no Brasil.

A última vez que isso aconteceu foi com um artigo intitulado “A face oculta da negritude”, que enviei à revista do Clube Militar, que não o publicou. Talvez porque tenha tratado do tema do ponto de vista estratégico, relacionando-o com a construção e consolidação do poder nacional. Mexia, pois, com a política do atual governo, caracterizada pelo desmonte do Estado nacional, para se pôr de acordo com a filosofia da modernidade do Diálogo Interamericano, formulado por Samuel Huntington, teórico da Trilateral.

É precisamente aí que a questão da negritude no Brasil toma dimensão nova e diversa de mero acidente étnico, para se enquadrar no cenário geopolítico, com intermediação da linguagem indutora da utopia de “um mundo só”, explicitada na “Nova Estratégia do Poder Norte-americano”, cujo fenômeno teórico é a tese do Fim da História, do sociólogo do Pentágono, Francis Fukuyama.

O centro de gravidade dessa ideologia está na nova visão do poder hegemônico, desvendada no discurso oficial do governo Bush, por ocasião da Guerra do Golfo: “Os Estados Unidos são hoje a única potência militar do mundo. Os países já não precisam se preocupar com a defesa de seus interesses e da sua soberania. Essa é a missão histórica dos Estados Unidos. Portanto, os demais países devem renunciar às políticas externas agressivas e se colocar sob a proteção benevolente do mais forte”. Esse o substrato da globalização.

Tal visão da “Pax Americana” tem suas raízes na Doutrina do Destino Manifesto, de Blain, que estendeu o alcance da Doutrina Monroe, “a América dos americanos”, desmentida no episódio da Guerra das Malvi-

nas, quando Reagan apoiou a Inglaterra. De outro lado, essa ideologia do “mundo-de-um-só” atualiza as propostas de Bertrand Russell, quando este, na década de 40, formalizou a doutrina de um governo mundial, perante a comunidade acadêmica dos Estados Unidos, com a assessoria de Noam Chomski e Zbigniew Brzezinski, afinados com as teses do Tavistock Institute, e que, mais adiante, seriam “enriquecidos” com as proposições malthusianas e genocídicas do Clube de Roma.

Observe-se que as peregrinações de Russell nos Estados coincidiram com o momento em que Churchill, no encontro com Roosevelt, a bordo do Prince of Wales, disse a este: “o governo do mundo no pós-guerra deve caber, por razões morais, aos anglo-saxões”.

Russell, o pacifista de antes de 1914, era agora adepto de uma política fundamentada no monopólio da bomba atômica, possibilitando o controle de guerras localizadas de limpeza de área. Quando esse monopólio foi quebrado pela Rússia, incluindo a bomba de hidrogênio, o filósofo inglês admitiu a viabilidade de coexistência provisória de pelo menos dois impérios com os mesmos propósitos em suas respectivas áreas de influência, fato que acenava para outra Yalta.

A partir daí, à estratégia político-militar de contenção de possíveis focos de turbulência foi agregada a estratégia do uso da linguagem audiovisual, visando à cooptação dos setores ativos das sociedades periféricas, nas quais maiores eram os riscos de perturbação à segurança do novo sistema de governo mundial. Aos novos meios de comunicação a distância estaria destinada essa tarefa, dadas as condições de envolver milhões de criaturas simultaneamente.

As conquistas científicas do pós-guerra, a Cibernética de Wiener, os computadores digitais binários de Newman e, logo a seguir, a tecnologia dos satélites, permitiram compor o sistema telemático de transmissão e percepção, com repetição de imagens e mensagens em condições virtuais, juntamente com a tática da corrupção dos conceitos.



A comissão Trilateral e os centros acadêmicos especializados em Antropologia Aplicada, que, nesse mesmo tempo, foram implantados de acordo com os estudos de Radcliffe Brown, desenvolveram táticas comunicativas, tendo por suporte aquelas conquistas, no sentido de obter condicionamento mental receptivo à idéia do governo mundial russeliano. Nada impossível, já que a linguagem exerce influências transformadoras do comportamento e da personalidade. Os estudos de W. P. Robinson, Robert Serpell, David Peck e David Whithlow são conclusivos a esse respeito. A linguagem despojada e alta frequência das informações operam como forças inibidoras da reflexão. Inibida esta, lesada fica a capacidade de discernimento das relações de causa e efeito entre os fatos econômicos, políticos e sociais e os sistemas de poder, sobretudo no que concerne aos poderes hegemônicos e os poderes nacionais periféricos.

Isso já foi quase inteiramente conseguido no plano econômico e político. Restava alcançá-lo no plano social, cujas dificuldades foram reconhecidas como maiores, devido à conjunção de diversidade de variáveis que complica as derivações funcionais, requeridas pela integração orgânica da dominação.

Os especialistas dos centros de decisão hegemônicos, jogando com os componentes psicológicos, sociais, econômicos e históricos da formação das sociedades periféricas, encontraram a fórmula removedora das citadas limitações: a invasão cultural, impulsionada por agentes estético-emocionais, com o reforço da qualidade motora das imagens, no caso, associada à idéia-força da superioridade cultural, que induz à imitação. Aliás, Newman, quando apresentou seu computador binário (vinculado à Cibernética de Wiener), declarou que com a lógica binária (já que a lógica humana reproduzia a lógica dos computadores) se estava de posse de um instrumento capaz de modificar o comportamento das pessoas e orientá-lo numa direção desejada.

O exposto nos permite entender que o problema da negritude no Brasil não deve ser entendido como simples questão de etnia e de étnica. Por razões históricas, no atual contexto das relações internacionais de poder, há de ser tratada como questão geopolítica no cenário do “mundo-de-um-só”. Isto porque não podemos desvinculá-lo do objetivo de desmonte do poder nacional nos países periféricos como condição inerente ao governo mundial centralizado.

John Stoessinger, ex-consultor da ONU, em seu livro *Poder das nações, política internacional de nosso tempo*, fundamentado nas diversas teorias geopolíticas, nos informa que o poder nacional compreende categorias de natureza objetiva e subjetiva. Entre as primeiras cita o poder militar e os recursos naturais disponíveis, principalmente no que se refere a minerais críticos e estratégicos, aos quais devemos acrescentar os da biodiversidade, por implicarem potencial energético renovável e matérias-primas necessárias à química fina e aos fármacos. Entre as segundas inclui a imagem que o povo faz de seu próprio país e a recíproca: a imagem que os outros dele fazem; o sentimento de auto-estima e de amor à terra natal. Essas categorias dizem respeito à população, na qual se concentram as táticas divisionistas da linguagem, operadas pelos centros do poder hegemônico, porque entendemos que ela é categoria mista objetiva-subjetiva a um só tempo.

Portanto, do ponto de vista geopolítico, levando em conta tais componentes do poder nacional, o Brasil é provido de potencialidades que ameaçam o citado poder hegemônico centralizado no Norte. Sua extensão territorial de características continentais (que já foi objeto de recomendações no sentido de sua regionalização com soberanias divididas) lhe propicia elevado índice de aproveitamento do solo, incluindo os recursos hídricos, hoje considerados estratégicos, o que, no conjunto, lhe assegura elevado nível de autarquização. Sua posição geográfica é privilegiada: faz fronteira com todos os países do continente, exce-



ção do Chile e Equador, e tem um largo *front* aberto para os países negros da África subsaariana, com os quais, por razões históricas, tem larga margem para intercâmbio. Estão, pois, aí configurados os cenários de suas forças como poder nacional.

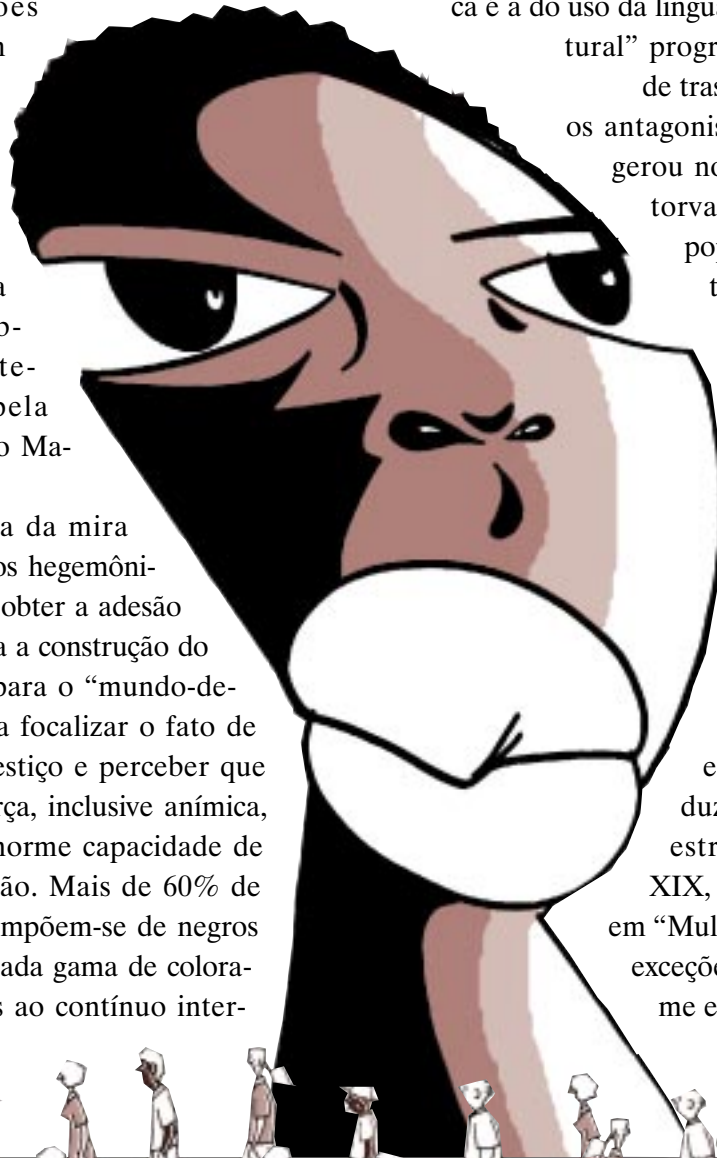
Não é por outras razões que Henry Kissinger, ora trabalhando para a inteligência anglo-americana, explodiu, dizendo que os Estados Unidos não permitiriam um Japão nos trópicos e que, por outro lado, essa inteligência desenvolve, atualmente, uma política agressiva de cooptação combinada com pressões dissimuladas em ajudas “humanitárias” às populações negras da África e de empréstimos para o desenvolvimento da economia (?) dos países subsaarianos, recentemente visitados pela secretária de estado Madeleine Albright.

Estamos na alça da mira dos poderes externos hegemônicos, que, depois de obter a adesão de nossas elites para a construção do governo mundial, para o “mundo-de-um-só”, passaram a focalizar o fato de sermos um país mestiço e perceber que nisso está nossa força, inclusive anímica, com inclusão da enorme capacidade de assimilação e criação. Mais de 60% de nossa população compõem-se de negros e mulatos, com variada gama de coloração da pele, graças ao contínuo inter-

câmbio carnal do colonizador branco moreno mediterrâneo, por si bastante miscigenado, com a mulher negra e, também, indígena, com sua descendência cabocla. Talvez a mestiçagem de origem tenha predisposto o lusitano a esse intercâmbio, no isolamento geográfico e no fato de ter chegado desacompanhado da família.

Essa força há de ser desequilibrada com a introjeção de antagonismos que rompem as pulsões unionistas, na tentativa de reacender os resíduos de escravidão e neutralizar sentimentos de coesão, para, em seu lugar, reviver ódios raciais, que o tempo diluiu. A tática é a do uso da linguagem, embutido na “invasão cultural” programada, com a subliminaridade de trasladar para nosso meio ambiente os antagonismos radicais que a escravidão gerou nos Estados Unidos e, assim, estorvar o processo de integração da população brasileira e, conseqüentemente, desarticular o poder nacional. A estratégia é inibir a percepção de que o problema do negro no Brasil nada tem de comum com o do negro nos Estados Unidos.

A diferença substancial está no fato de que, no Brasil, a miscigenação foi a norma pelas razões geográficas e sociais referidas, dando-se o cruzamento racial sem traumas e perplexidades, conforme se deduz de depoimentos de visitantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, entre outros, de Charles Expilly, em “Mulheres e Costumes no Brasil”. As exceções traumáticas por conta do ciúme e do amor próprio ferido das ma-



ter-famílias, de que serve de exemplo o incidente descrito por John Luccock, da matrona que mandou servir a sopa ao marido com os globos oculares da escrava, cuja beleza dos olhos o marido havia enaltecido.

Nos Estados Unidos, o intercâmbio carnal de brancos com escravas negras e índias sempre foi fato episódico. Quando ocorria, era estigmatizado como transgressão ético-religiosa. Portanto, aqui foi possível contínua interação afetiva amalgamadora; lá a transgressão reprimida dava lugar ao ódio, como catarse da culpa perante a fé protestante, que assumiu o nível de fanatismo de mistura com hipocrisia, de que o filme *Chuva*, encenado por Joan Crawford, serve de exemplo. Além disso, aqui não foram raros os casos de entrega da mulher branca ao escravo negro ou ao mulato semi-livre, com o “patriarca” dissimulando a situação dando trabalho mais categorizado ao descendente desse conúbio.

Por outro lado, o sincretismo religioso-cultural, com suas aberturas para a interação social, no que se inclui a convivência nos terreiros de umbanda e quimbanda, por cima do religiosismo católico, operou como atenuador da discriminação preconceituosa, o que se reflete na comum ligação de mulheres brancas com homens negros e mulatos e vice-versa, principalmente nos segmentos sociais de média e baixa renda.

A invasão cultural, despejada nos últimos anos em nossa sociedade, por indução, nos entremeios da deterioração dos conceitos, pretende reverter o sentido desse processo miscigênico, incluindo conceitos adulterados, como, por exemplo, a posição de certas lideranças negras, no que se refere “à defesa da preservação da identidade negra” e de retorno do negro atual “às suas raízes culturais”, e isso é dito por negros que se casaram com mulheres brancas e louras. Consideramos tais posições como reacionárias, por se inserirem num estado estacionário, de volta a um passado dinamicamente desaparecido.

Tais lideranças negras invocam, como prova de racismo branco, a oposição à existência de uma imprensa negra. A oposição, se existe, é a existência de uma imprensa negra americanizada, de que serve de exemplo o jornal *Mundo Black*. Por que não *Mundo Negro*? Porque a intenção é a de criar o clima do racismo negro existente nos Estados Unidos. Outro fato: por que a mídia, notoriamente ligada aos interesses econômi-

cos norte-americanos, durante algum tempo se ocupou do “movimento funk”, contrapondo-o às ricas criações estéticas e de lazer do brasileiro negro, as quais eram relegadas ao silêncio?

A última novidade da “invasão cultural”, adulteradora dos comportamentos étnicos, foi exibida pelo marketing da propaganda comercial, ao considerar vesguice preconceituosa desconhecer a realidade de um mercado consumidor negro no Brasil, numa faixa de renda média mensal de R\$ 1.200,00, cerca de 26 a 30% da força de trabalho. Por que essa ênfase num consumidor negro? Por acaso ele consome produtos que não o sejam pelo consumidor branco? Nesse aparente movimento de simpatia, percebe-se, entretanto, se bem analisado, o propósito de jogar com o inconsciente coletivo negro, despertando o sentimento de antagonismo e ferindo o processo de integração social e política, sem a qual a cidadania não prospera e a democracia é lesada.

Vê-se nesse jogo aquilo que Weber observou nos fatos sociais, que o levou à visão dual em sociologia: o fato social em si e a intenção nele embutida enquanto fator de ação social.

Que se deseja: um Brasil branco, um Brasil negro e um Brasil mulato e por que não, também, um Brasil caboclo, ou um único Brasil de negros, mulatos, caboclos e brancos?

Aqueles Brasis são os que constam do projeto hegemônico da recolonização embutida na globalização do “mundo-de-um-só”. Por isso, é pertinente lembrar José Bonifácio, quando afirmava que, se quiséssemos ser uma nação soberana e não apenas um país politicamente independente, haveríamos de perseguir a realização da homogeneização social.

O problema não é, pois, de resistência na busca do enclausuramento étnico, mas de luta para que a cidadania seja para todos, como condição suprema da realização democrática. Esse parece ter sido o sentido ontológico da luta de Palmares: a conquista da liberdade contra a escravidão excludente. Não é lícito concluir que em Palmares se defendiam a identidade e a preservação da cultura negra como valor estático.

---

*F. C. de Sá e Benevides é articulista do Jornal do Comércio - RJ*